

## **O ENSINO DE COMPETÊNCIAS E O DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO<sup>1</sup>**

### *TEACHING SKILLS AND HUMAN CAPITAL DEVELOPMENT*

**Tanandra Hermanns<sup>2</sup>, Márcio Paulo Cenci<sup>3</sup> e Juliane Marschall Morgenstern<sup>4</sup>**

#### **RESUMO**

O presente estudo refere-se ao resultado parcial do projeto de pesquisa desenvolvido em iniciação científica da Universidade Franciscana, no período de agosto de 2020 a agosto de 2021, intitulado “O ensino de competências e o desenvolvimento de capital humano”. O objetivo é refletir sobre o papel do ensino no desenvolvimento de competências a fim de compreender a sua função estratégica na constituição de capital humano, assim como identificar a emergência do ensino de competências no Brasil com o intuito de conhecer as condições que viabilizaram a sua constituição e analisar a fundamentação epistemológica do ensino baseado em competências para entender as suas finalidades. A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa e de tipo descritiva, partindo de revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Educação, Neoliberalismo, Política Curricular.

#### **ABSTRACT**

*This study refers to the partial result of the research project developed in Universidade Franciscana's scientific initiation from August 2020 to August 2021, entitled “The teaching of skills and the development of human capital”. The objective is to reflect on the role of teaching in the development of competences in order to understand its strategic role in the constitution of human capital, as well as to identify the emergence of the teaching of competences in Brazil in order to understand the conditions that enabled its constitution and analyze the epistemological foundation of competency-based teaching in order to understand its purposes. The research carried out has a qualitative and descriptive approach, based on a literature review.*

**Keywords:** Education, Neoliberalism, Curricular Policy.

---

1 Trabalho de Iniciação Científica.

2 Graduada bolsista; Universidade Franciscana. E-mail: tanandrahermanns@hotmail.com

3 Coorientador, Professor no Curso de Filosofia e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana. E-mail: mpcenci@gmail.com

4 Orientadora, Professora no Curso de Pedagogia e no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana. E-mail: julianemm@ufn.edu.br

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o ensino de competências assumiu lugar central nas políticas educacionais brasileiras, embasando documentos balizadores da educação nacional, tal como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). Para Laval (2019), o uso do termo competência no âmbito escolar tem sido estratégico no questionamento das tarefas tradicionais da escola e na formação intelectual em sentido mais amplo, pois remete às questões relacionadas à utilidade dos indivíduos no contexto do que pode produzir.

Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), competência refere-se à associação de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para a resolução de demandas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Desse modo, é imprescindível compreender a emergência dessa abordagem de ensino e seus efeitos para a educação atual.

Assim, de acordo com Laval (2019), a educação atual tende a tornar-se produto, e a escola assume o papel de produzir uma oferta visando à satisfação do mercado. Logo, o indivíduo passa a tomar a si mesmo como um capital, a estabelecer consigo uma relação na qual se vê como uma microempresa e a fazer investimentos em si mesmo avaliando o custo/benefício que suas decisões implicam.

O ensino baseado em competências está relacionado aos desdobramentos e efeitos da teoria do capital humano no campo educacional. Esses desdobramentos podem ser vistos pela inserção das competências nos currículos da educação básica brasileira nos últimos anos. A teoria do capital humano, desenvolvida por Theodore Schultz, na década de 1960, permite que se compreendam as condições de possibilidade do ensino baseado em competências no presente e suas funções estratégicas e permite a reflexão sobre as finalidades dessa organização do ensino.

Assim, este trabalho refere-se ao resultado parcial do trabalho de pesquisa desenvolvido em iniciação científica, na Universidade Franciscana, intitulado “O ensino de competências e o desenvolvimento de capital humano”, cujo objetivo é refletir sobre o papel do ensino no desenvolvimento de competências a fim de compreender a sua função estratégica na constituição de capital humano. Também objetivou-se identificar a emergência do ensino de competências no Brasil com a intenção de conhecer as condições que viabilizaram a sua constituição e analisar a fundamentação epistemológica do ensino baseado em competências para entender as suas finalidades. Ressalta-se que esse objetivo será desenvolvido na continuidade do projeto de pesquisa, em estudos posteriores.

## PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O ENSINO DE COMPETÊNCIAS

De acordo com o cronograma estabelecido a partir dos objetivos do projeto de pesquisa e abordagem metodológica, a realização do estado do conhecimento realizou-se entre os meses de agosto a novembro. A execução do estado do conhecimento iniciou-se com a procura sistemática de estudos

relacionados ao ensino de competências nos últimos cinco anos. Para fazer a busca, foram utilizados os descritores que se relacionavam com a temática do projeto no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Esses descritores são: “ensino em competências”, “competências” e “capital humano”. Os resultados iniciais chegaram a um quantitativo de 1134753, 13648 e 79036 trabalhos, respectivamente.

A fim de delimitar a busca, inicialmente, optou-se pela pesquisa focada no período de 2015-2019. Porém, em razão do elevado número de publicações encontradas, foi preciso restringir ao período de 2017 a 2019. Além disso, filtrou-se a grande área do conhecimento, área de conhecimento e área de concentração: Ciências Humanas, Educação e Educação, na devida ordem. A partir da busca realizada, foram encontrados 6556 resultados com o descritor “ensino em competências”, 204 com o descritor “competências” e 724 com o descritor “capital humano”.

Considerando os resultados encontrados e em razão do grande volume de trabalhos localizados, foi necessário estabelecer novos critérios de exclusão. O primeiro critério de exclusão consistiu na leitura do título da Tese ou Dissertação, a fim de identificar quais desses trabalhos de pesquisa fazem referência aos descritores selecionados para realizar a busca. Com isso, foram selecionados 88 trabalhos com o descritor “ensino em competências”, 30 com o descritor “competências” e 52 com o descritor “capital humano”.

Ainda, com o intuito de uma maior aproximação com a temática, foi realizada a leitura dos resumos e das palavras-chave dos trabalhos encontrados. A partir disso, 13 trabalhos foram selecionados com o descritor “ensino em competências”, nove com o descritor “competências” e nove com o descritor “capital humano”. Ao explorar as últimas teses/dissertações priorizadas, foi possível perceber os três descritores se relacionarem entre si, com o exemplo da tese “Empresariamento da Educação: Instituto Ayrton Senna e a política de competências socioemocionais na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro”, de David Santos Pereira Chaves, que discorre sobre a adoção de um modelo curricular pautado no desenvolvimento de competências cognitivas com fins de ampliação do capital.

Ademais, ao examinar os estudos, percebeu-se que os descritores têm correlação, pois, na maioria dos trabalhos selecionados, em cada descritor, encontra-se o documento da BNCC fundamentando o uso das competências no ensino e, para tanto, abordando o desenvolvimento do capital humano e suas teorias como base para esse ensino baseado em competências. A exemplo, no descritor “ensino em competências”, pode-se encontrar títulos como “Crítica ao esvaziamento do currículo de história: a BNCC e a pedagogia das competências” e “Temas Contemporâneos e Transversais na BNCC: as contribuições da Transdisciplinaridade”.

Assim, observa-se diversos subtemas e a transversalidade deles, no que diz respeito ao ensino de competências. Como exemplo dessa amplitude de trabalhos encontrados, tem-se a busca realizada com o descritor “competências”, com estudos intitulados: “Base Nacional Comum Curricular para 4 a 6 anos: os efeitos camuflados” e “Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política”. Em relação ao descritor “capital humano”, as buscas realizadas

levaram ao trabalho intitulado: “Políticas educacionais e a formação de cidadãos razoáveis: uma análise reflexiva das competências gerais da BNCC”, o qual aponta-se como destaque.

Em conclusão, pode-se afirmar que a temática do ensino em competências aplicado na BNCC é ainda recente. Em muitas teses e dissertações, os autores buscam compreender os impactos na qualidade da aprendizagem em diferentes disciplinas curriculares, como nos títulos encontrados: “A formação por competências como modelo atual de formação de professores e os desafios para a profissionalização da docência”, “Crítica ao esvaziamento do currículo de história: a BNCC e a pedagogia das competências”, “Ensino por conteúdos versus ensino por competências: concepções pedagógicas dos professores de matemática do Colégio Militar de Porto Alegre”.

## ENSINO DE COMPETÊNCIAS

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que assegurem ao estudante o desenvolvimento de 10 competências gerais ao longo do curso da Educação Básica escolar, visando a uma formação humana integral para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Entre essas competências, estão: valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, colaborando para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; exercitar a curiosidade intelectual, incluindo a investigação, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar causas, elaborar hipóteses, resolver problemas e criar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas; valorizar usufruir das diversas manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2017).

Além disso, a BNCC (BRASIL, 2017) enfatiza que é importante utilizar diferentes linguagens (verbal, visual-motora, como Libras, escrita, corporal, visual, sonora, digital) para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos para que haja entendimento mútuo; compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais para exercer o protagonismo e a autoria na vida pessoal e coletiva; valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Outrossim, argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta; cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros; exercitar a empatia, o diálogo, a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, seus saberes, identidades,

culturas e potencialidades, sem preconceitos e, ainda, agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação (BRASIL, 2017).

Ao analisar o documento normativo em vigência, observa-se que apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são detalhadas; as demais disciplinas estão em contextos mais amplos, ou seja, em áreas expostas em termos de competências que a instituição escolar deve desenvolver nos estudantes. Na reforma curricular da década de 1990, pode-se perceber a similaridade do discurso do ensino de competências, com a mesma justificativa de adequar o ambiente escolar às mudanças do mundo globalizado, associado ao modo mecânico e imediato a inovações de caráter tecnológico e organizacional (SILVA, 2018).

Ainda, Silva (2018) argumenta que tanto o projeto da BNCC como a reforma curricular de 1990 apontam uma formação que visa à autonomia e ao respeito com a diversidade humana, mas tenciona a adequação dessa diversidade para a adaptação ao mercado, buscando a padronização e produtividade. Para Carvalho e Silva (2017), há uma racionalidade política que posiciona a educação escolar como objeto de intervenção governamental, ponderada enquanto um investimento econômico.

Portanto, o novo ideal pedagógico pretende formar um homem flexível e autônomo. A inteligência, valorizada pela educação, está tornando-se um recurso econômico, visando ao crescimento do mercado. O caráter da nova ordem educacional está ligado à perda progressiva de autonomia da escola, acompanhada de uma valorização da empresa. Na sociedade industrial, o sistema escolar abriu espaço para valores do trabalho e para a orientação profissional a fim de elevar o nível profissional da mão de obra (LAVAL, 2019).

## **DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**

Na teoria do desenvolvimento de capital humano, de Theodore Schultz, as destrezas humanas devem ser abstraídas das pessoas em função de algo, de um fim externo a elas. Assim, as aptidões “próprias do humano” adquirem valor de mercado e se apresentam como forma de capital. Portanto, é notória a afirmativa de que sejam construídos indivíduos, desde a infância, com mais habilidades e flexibilidades para mudanças, visando formar adultos produtivos, participantes do jogo do consumo e empreendedores de si mesmos (GADELHA, 2009).

Segundo Carvalho e Silva (2017), é importante para a economia de um país o investimento em programas de educação da primeira infância, a fim de evitar problemas de ordem econômica, política e social, pois visam à garantia de condições básicas de sobrevivência aos indivíduos. Mais tarde, ao incluí-los no mercado de trabalho, minimizam-se os riscos da população de baixa renda de necessitarem de políticas públicas asseguradas pelo governo, pois estarão preparados para a atividade laboral.

Por essa razão, é possível afirmar que o ensino baseado em competências tem como finalidade última a administração da formação do desenvolvimento de capital humano. A formação está sujeita

ao controle de órgãos governamentais e não-governamentais, além de econômicos, pois se guia, exclusivamente, por interesses externos aos indivíduos e subordina-se a interesses definidos pela lógica mercantil (SILVA, 2018). Com isso, aumentam a renda nacional, reduzem os níveis de pobreza e há uma menor necessidade de programas sociais governamentais.

Para Laval (2019), o objetivo das reformas educacionais orientadas para a competitividade é melhorar a produtividade econômica ao melhorar a qualidade do trabalho. A partir dos anos 1980, ocorre uma desestruturação da sociedade industrial fordista, causando descentralização, diversificação, gerenciamento moderno e “gestão por demanda”. A escola é vista, cada vez mais, como apenas mais uma empresa, obrigada a acompanhar a evolução econômica e a obedecer às exigências do mercado.

Desse modo, o neoliberalismo visa à eliminação de toda “rigidez”, inclusive a psíquica, em nome da adaptação às situações com as quais o indivíduo se depara no trabalho e na vida. Por isso, para Laval (2019), a referência ideal da escola passou a ser formar o trabalhador flexível, que utilize novas tecnologias, compreenda melhor o sistema de produção, que seja capaz de enfrentar as incertezas e demonstre liberdade, iniciativa e autonomia. Os empregadores exigem que os trabalhadores sejam, além de bem qualificados, maleáveis e aptos a se capacitar.

O pragmatismo empregado na instituição escolar, que caracteriza o “espírito do capitalismo”, não é contra o saber, mas o vê como uma ferramenta a serviço da eficiência do trabalho. Atualmente, a doutrina dominante da educação pauta seu centro nas teorias do capital humano, sendo o estoque de conhecimentos economicamente valorizável e incorporado nos indivíduos (LAVAL, 2019).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa e do tipo descritiva, partindo de revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa visa à compreensão de situações problema, se preocupando com o processo que envolve a composição do impasse (FONSECA, 2002). Assim, leva em consideração a complexidade da situação problemática e relações estabelecidas. Iniciou-se com a realização do estado da arte sobre a temática “ensino de competências”, “competências” e “capital humano”, processo previsto para ser realizado nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro.

Após a finalização do estado do conhecimento, foi realizada, dentro do cronograma original do projeto de iniciação científica, uma pesquisa bibliográfica na busca de autores que tratam sobre o tema de ensino baseado em competências e sua relação com a teoria do capital humano no campo da educação. A partir da pesquisa bibliográfica, foram identificadas as bases conceituais para o ensino de competências no Brasil, e se produzirá reflexões sobre a sua fundamentação epistemológica, finalidades e possíveis efeitos dessa abordagem de ensino na atualidade.

Dessa forma, foi realizada uma investigação bibliográfica na plataforma digital Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para realizar a pesquisa das produções científicas, utilizaram-se os

seguintes descritores na base de dados Scielo: “Ensino por competências”, “Competências” e “Capital Humano”. Além disso, foi delimitada a busca apenas a estudos produzidos no Brasil, sendo usado o idioma português, excluindo-se, assim, os demais idiomas.

As medidas utilizadas para a inclusão foram artigos que atendessem ao objetivo proposto, com a verificação a partir da leitura dos resumos. A investigação bibliográfica resultou na coleta de seis artigos na base de dados Scielo. Além disso, foram utilizados livros sobre a temática escolhida e documentos oficiais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base na análise das competências, pode-se dizer que a educação é influenciadora na constituição do indivíduo, pois sua participação fundamenta um ideal de sociedade. Consequentemente, segundo Lockmann e Machado (2018), essa educação é formulada dentro de políticas e modos de produção de um determinado tipo de sujeito e de um determinado tipo de sociedade, sendo responsável por acolhê-los, trazê-los para o domínio de alguém ou de alguma coisa e conduzi-los.

Ao analisar economicamente a intervenção e o investimento na educação de crianças e adolescentes, considerados capitais humanos para o neoliberalismo vigente, percebe-se que esses aspectos têm em vista a preparação e construção de indivíduos capacitados para o mercado de trabalho, futuramente (NASCIMENTO, 2012). Portanto, a educação, ao ser agenciada por uma racionalidade política neoliberal faz com que determinados valores econômicos migrem para outros domínios da vida, disseminando-se socialmente. Para Gadelha (2013), o capital humano se refere a um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que, em razão do avanço do capitalismo, tornou-se valor de troca.

Nessa lógica, mostra-se que a educação tem assumido grande importância, pois “funciona como investimento cuja acumulação permitiria o aumento da produtividade do indivíduo trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo da vida” (GADELHA, 2009, p. 177). Sendo assim, segundo Goergen (2019), o sistema econômico torna-se o norte do processo educacional. O empreendedorismo se apresenta como valor social normativo que coloca os sujeitos em relações concorrenciais com outros e consigo mesmo, transformando o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa, de modo a estabelecer, cada vez mais, relações de concorrência entre si.

A priorização da educação como promotora de oportunidades, capaz de preparar indivíduos aptos a realizar escolhas e a transformar suas competências em potencial está vinculada ao desenvolvimento e qualificação do capital humano, ou seja, uma indústria do conhecimento (CARVALHO; SILVA, 2017). Essa ideia de capital humano faz com que o homem torne-se um investimento, uma propriedade de si - manifestada pela direção do processo histórico-social de constituição da sociedade capitalista (MEUCCI, 2008).

Desse modo, o discurso exposto como novo na proposta da reforma da BNCC constitui uma sentença que reitera a lógica do empreendedorismo e sua finalidade econômica, marcado pela intenção de adequação à lógica do mercado e ao não reconhecimento da dimensão da cultura. Tal cultura que é peça-chave para desenvolvimento de identidade subjetiva do indivíduo (SILVA, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da finalização do estado da arte e da realização deste estudo, concluiu-se que a temática do ensino de competências e o desenvolvimento de capital humano é relevante para o contexto atual, visto que a reflexão sobre sua fundamentação epistemológica, sua finalidade e possíveis efeitos dessa abordagem de ensino é pensada por muitos autores na atualidade. Além disso, nos textos analisados, o termo competências assume sentido restrito e utilitarista ao adquirir função de sentido aos saberes escolares. Ou seja, limita-se à aplicabilidade prática dos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar em situações da vida cotidiana. A experiência formativa é reduzida ao imediato e corrobora a ideia de que o conhecimento se restringe em respostas imediatas às situações-problema do dia a dia, impedindo que se torne objeto de reflexão e, assim, dificulta a formação de seres críticos. Porém a BNCC tem pouco anos desde sua elaboração, mostrando a necessidade de novos estudos documentais sobre o assunto, para uma melhor compreensão e construção de valor crítico.

Visto isso, a educação, atualmente, encontra-se em um cenário em que o homem deixa de ser o modelo de seu processo de aprender: não importa mais pensar sobre o que é ou não ser humano e suas experiências e vivências, mas apenas atender às demandas e expectativas do sistema econômico dominante. O sistema capitalista neoliberal define o que o indivíduo deve ser e como deve agir para alcançar reconhecimento e sucesso. As referências de realização pessoal são economia, produção, lucro e consumo (GOERGEN, 2019).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3GhiFkC>. Acesso em: 21 set. 2020.

CARVALHO, R. S. de; SILVA, R. R. D. da. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 173-190, mar., 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.44451>. Disponível em: <https://bit.ly/3GyFeSd>. Acesso em: 31 maio 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.



GADELHA, S. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3NzkbRr>. Acesso em: 22 set. 2020.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GOERGEN, P. L. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea. **Pro-Posições**, Sorocaba, v. 30, n. 20170193, p. 1-21, 2019. Doi <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0193>. Disponível em: <https://bit.ly/3PDcSKF>. Acesso em: 31 maio 2021.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOCKMANN, K.; MACHADO, R. Pátria educadora? Uma análise das propostas para o ensino público brasileiro. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 128-152, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39XRorv>. Acesso em: 22 set. 2020. Doi <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0020>.

MEUCCI, S. Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1183-1185, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3PFzZUP>. Acesso em: 22 set. 2020. Doi <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000400016>.

NASCIMENTO, M. L. B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 59-80, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3PK59u4>. Acesso em: 22 set. 2020.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, n. 214130, p. 1-15, out., 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214130>. Disponível em: <https://bit.ly/3NA7upM>. Acesso em: 31 maio 2021.